

O capital e suas metamorfoses

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

São Paulo: Editora Unesp, 2013, 192p.

*Angelita Matos Souza**

Em seu último livro, Luiz Gonzaga Belluzzo, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, desenvolve uma análise mais *marxista* que *keynesiana* sobre as metamorfoses do capital, leitura a partir de Marx que destacaremos aqui, praticamente ignorando Keynes e demais referências presentes nos cinco ensaios sobre economia política, a natureza opressiva do capitalismo, geração de valor e transformações recentes que levam às portas da barbárie.

O estudo inicia pelo jovem Marx “ultrarrepublicano”, “apóstolo da autonomia individual” e “denodado defensor da liberdade de imprensa” (p.15-18). Embora opere com a distinção entre jovem Marx e Marx da maturidade, ao autor não parece interessar a ideia de ruptura entre um e outro (Lukács é referência na análise). Por certo, o Marx da maturidade ocupa bem mais espaço na economia, inclusive na abordagem da incompatibilidade entre o regime do capital e as promessas de liberdade modernas (p.21).

Belluzzo salienta que o objetivo de Marx nunca foi fazer uma simples tipologia dos modos de produção, e sim demonstrar a especificidade do modo de produção capitalista: “uma separação entre o político e o econômico de tal modo que a propriedade atinge uma ‘natureza’ puramente econômica, diferente, portanto, do conteúdo que assume nos demais modos de produção” (p.73). Domínio

* Professora do Instituto de Geociência da Unesp/Rio Claro. E-mail: angelitams2010@gmail.com

do econômico que revela sua essência com a subordinação real promovida pela grande indústria: “À relação formal de apropriação passa a corresponder uma relação real, o trabalhador isolado dá lugar ao trabalhador coletivo, de tal maneira que o capitalista e o trabalhador passam a se constituir em simples suportes de uma relação mais ampla de dominação” (p.74). O regime do capital *enquadra* trabalhadores e capitalistas e no papel de *sujeito* encontramos o próprio capital, não “o capitalista individual senão o próprio capital e o trabalho coletivo como sua extensão” (p.74). Por sua vez, a *relação mais ampla de dominação* é tão opressiva que fica difícil vislumbrar a transição social. O foco é mesmo a *reprodução*, sobre luta de classes e socialismo encontramos apenas o básico e fundamental: “Marx não acreditava na transformação da sociedade produzida pelas leis automáticas e ‘naturalizadas’ – visão que o fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital pretende impor aos homens –; mas, para ele, tal mudança só podia ser feita por meio da luta social *a partir do que havia sido construído pela história até então*. O que mais irritava Marx era o socialismo utópico dos que pretendiam reinventar o mundo ou fazê-lo regredir a formas de convivência primitivas” (p.19, grifo nosso).

Dois questões são centrais no livro de Belluzzo: a mais-valia e o domínio das *finanças*. Para decepção de muitos, diz Belluzzo, o capitalismo “apenas utiliza a capacidade de trabalho para acumular riqueza abstrata”, não podendo ser reduzido “às trivialidades da *produção de mercadorias por meio de mercadorias*”, nem “à extração de mais valor mediante a exploração da força de trabalho” (p.64, nota 5).

Conforme o autor, Marx analisou o processo de produção capitalista enfatizando a unidade entre circulação e produção para explicar o movimento do capital em seu conjunto. O processo [D-M-P-M’-D’] inicia com capital-dinheiro adquirindo força de trabalho, matérias-primas, materiais auxiliares etc., daí à esfera do capital produtivo, “o âmago do processo de valorização”, que resulta nas mercadorias acabadas acrescidas de mais-valia e sua suposta transformação em capital-dinheiro, a fim de que se recomece o ciclo D-M-D’. E enquanto alguns se encontram no início do processo, outros estão no final, a reiniciá-lo, *assincronia* que permite a realização da mais-valia em momentos não coincidentes da ótica dos capitais individuais. Portanto, o problema da realização da mais-valia como aparece em Rosa Luxemburgo, para Belluzzo (seguindo Lenin), inexistente, pois só teria sentido da perspectiva do capital individual, não sendo dessa forma que Marx analisa o processo capitalista de produção (p.79-80).

Sob o prisma da unidade da produção e circulação, o sistema de crédito bancário ainda não importa, uma vez que os capitalistas podem comprar uns dos outros via créditos recíprocos. O capital a juros será objeto mesmo no volume III, no qual “as análises da concorrência, do crédito e, portanto, do processo de concentração do capital se constituem na parte mais rica e substantiva da investigação marxista sobre a dinâmica do sistema capitalista e suas metamorfoses” (p.88) – análises amplamente utilizadas na exposição do autor sobre o desenvolvimento das *finanças*. Este, além de não eliminar a concorrência – que “se torna mais

generalizada quanto mais desenvolvido o capitalismo” (p.99) –, ainda engendra negócios e formas de enriquecimento que pretendem a independência das leis da produção de mais-valia e das normas de reprodução e acumulação do capital produtivo (p.108). Sem falar nas inovações tecnológicas, introduzindo novas formas de controle e dominação, destruindo postos de trabalho, promovendo deslocamentos produtivos etc.

Como é conhecido, em meio à expansão do sistema de créditos comandado pelos bancos, dá-se a *fusão* de interesses entre capital bancário e capital industrial, sob a hegemonia do primeiro, sendo a sociedade anônima o mecanismo por excelência para conformação do capital financeiro moderno. “Criatura da centralização do capital promovida pelo capital a juros, isto é, pelo capital replicado sob a forma de capital-propriedade, a sociedade anônima supõe necessariamente a transferência de poder do capital industrial para o capital financeiro” (p.98). Como no mundo do trabalho, a tendência é a *coletivização*, sem que o sistema abandone os critérios privados de apropriação da renda e da valorização da riqueza. O “capital assume uma forma social nos marcos da propriedade privada” (p.103) ou “nas palavras de Marx (1966), a ‘abolição da indústria privada capitalista dentro do próprio regime capitalista de produção’” (p.107).

Belluzzo retoma vários autores – Hilferding, Hobson, Keynes –, mas é em Marx que encontra os fundamentos para o entendimento da dominância da forma financeira. “Marx fala claramente que essa forma desenvolvida [*coletiva*] de existência do capital dá origem ao monopólio, às formas mais escandalosas de controle político e à submissão do Estado aos ditames da finança” (p.107). A forma financeira em Marx já é praticamente tudo que seria afirmado depois por autores diversos, guardadas as necessárias contextualizações históricas. As do pós-guerra e especialmente as das últimas décadas serão analisadas por Belluzzo nos capítulos 4 e 5, sendo equivocadamente apreendê-las a partir da ideia de “descolamento” entre economia real e economia monetário-financeira (p.109).

Para o autor, a “vulgata de esquerda” estaria tomando por descolamento o “desenvolvimento das formas avançadas, isto é, mais *socializadas e contraditórias* de geração do valor e de avaliação da riqueza” (p.123). É certo que a ideia de descolamento não implica necessariamente a negação dessa tese, o objetivo pode ser simplesmente apontar para formas de acumulação que, como afirma o autor, buscam a independência das leis da produção de mais-valia e das normas de reprodução e acumulação do capital produtivo. Não obstante, o que parece incomodar Belluzzo é a hipótese da relação de exterioridade, implícita ou explicitamente portadora da ideia de desvio de rota. Numa palavra, se desvio houver, este é o próprio capitalismo e sua incompatibilidade com o projeto de autonomia e liberdade prometido no pórtico da modernidade.